

diálogo

f /sindipetroba @sindipetroba @sindipetrobahia

Adicione
71 99924-2999

Petros é intimada, apresenta recurso na ação do equacionamento e pede que liminar seja limitada apenas aos associados ao sindicato

2

Desmante do Sistema Petrobrás e entrega do refino, fertilizantes, terminais e campos terrestres serão temas de audiências públicas

3

Justiça marca para o dia 5 de junho nova audiência sobre ação do efetivo mínimo

4

EM LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PETROBRÁS



Foto: Wandaich Costa (arquivo)

VII Congresso da categoria petroleira

Abertas inscrições para delegados e teses

Em meio a um cenário politicamente e economicamente conturbado, com retrocessos e perdas de direitos, acontece nos dias 18, 19 e 20 de maio, o VII Congresso dos Petroleiros da Bahia, com o tema "Petroleiros em Luta contra a Privatização do Sistema Petrobrás".

O evento será realizado em um momento crucial para a classe trabalhadora, e em especial para os petroleiros e petroleiras, que vivem um dos piores períodos da sua história com a ameaça real da privatização do Sistema Petrobrás e o desmante – já iniciado – da estatal na Bahia. Além das ameaças de perda de direitos e o fechamento de

postos de trabalho.

O edital de convocação do Congresso foi publicado no site do Sindipetro e no jornal A Tarde, no dia 02 de abril de 2018 (veja na página 3).

Durante o Congresso, no domingo, 20/05, às 9h em primeira convocação e às 9h30 em segunda e última convocação, será realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE), para a categoria, propor, analisar e encaminhar mudanças no estatuto da entidade sindical.

Desta forma, além das teses sobre os diversos assuntos, como "sindicalismo e organização sindical", "benefícios, seguridade, políticas sociais e

organização dos aposentados e pensionistas", "saúde, segurança, meio ambiente, novas tecnologias, regimes e condições de trabalho", "organização do setor privado e dos trabalhadores das empresas privadas de petróleo", e "pauta de reivindicações dos trabalhadores do Sistema Petrobrás", a categoria poderá enviar propostas para mudanças no estatuto do sindicato. Em breve, a comissão que está organizando o evento divulgará o local definitivo do Congresso e mais informações.

Fiquem atentos (as) aos prazos de inscrições e participem!

Inscrição de delegados (presencialmente ou através do email secretaria@sindipetroba.org.br)

De 06 a 20 de abril

- Se houver necessidade de eleições para delegados, o pleito ocorrerá de 25 a 27 de abril

Inscrição de teses e propostas de modificação no estatuto

(secretaria@sindipetroba.org.br)

De 06 a 27 de abril

- As teses devem ser entregues em formato word e ter no máximo 03 páginas. Não aceitaremos teses manuscritas.

EDITORIAL

Estado de exceção

A ordem de prisão do ex-presidente Lula, decretada pelo juiz Moro, sem o trânsito em julgado do processo nem na segunda instância é uma prova concreta de que estamos vivendo mesmo em um estado de exceção e que não há mais democracia no país. As leis e a Constituição estão sendo rasgadas por quem deveria protegê-las.

O decreto de prisão veio menos de 24 horas depois que o Supremo Tribunal Federal, por 6 votos a 5, negou o Habeas Corpus preventivo a Lula. A sessão se deu em meio a uma manobra da presidente do STF, Carmem Lúcia, que se recusou a pautar antes deste julgamento, como seria o correto, as Ações Declaratórias de Constitucionalidade, que reproduz em um de seus trechos o Inciso LVII do Artigo 5º da Constituição, que diz que 'Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória'. A ministra não pautou porque sabia que se fizesse isso o resultado beneficiaria Lula.

Entendemos que Lula tem o direito de ser candidato à presidência da República e que a perseguição ao petista é cada vez mais evidente, pois está sendo condenado sem provas e em tempo recorde como nunca se viu no judiciário brasileiro.

O que está acontecendo no Brasil é um grande retrocesso político, social e econômico. Além da perigosa ilegalidade, partidarismo e vaidade que rondam parte do judiciário.

Assim como muitos trabalhadores, os petroleiros, que já tiveram uma época de grandes conquistas durante os governos democrático e popular de Lula e Dilma, se vêm agora ameaçados, estão perdendo direitos e provavelmente, perderão seus empregos, devido ao acelerado processo de privatização do Sistema Petrobrás.

Mas, felizmente, ainda há uma saída para resgatar nossos direitos e dignidade, e ela passa pelas urnas em outubro de 2018. Os trabalhadores e trabalhadoras devem se transformar em agentes multiplicadores, em sua família, com amigos, colegas e vizinhos. A nossa proposta é que arregacemos as mangas para garantir a eleição de um governo progressista que realmente atenda aos anseios democráticos e populares do povo brasileiro.

GIRO NAS BASES



FAFEN

O Grupo de Trabalho de importação de amônia fez uma visita ao Terminal Marítimo de Amônia, no Porto de Aratu, em 03/04, para validar o Projeto básico de SMS das novas instalações. O curioso é que a visita ocorreu à revelia da Gerência de SMS da FAFEN-BA, que não tinha conhecimento dos visitantes, nem dos motivos. Mas o DIP do gerente ESTO deixa claro que o SMS local não deve se envolver no projeto, pois requer a conclusão por outro órgão da companhia. Porque será?

CONJUNTO PITUBA

A diretoria do Sindipetro Bahia solicitou reunião com a gerência de RH da UO-BA para tratar sobre as irregularidades no envio, lista de pendências e cadastro dos atrasos dos Cartões Alimentação. Apesar de a direção da Petrobrás ter informado que a situação já estava sendo regularizada ainda há muitos trabalhadores que não receberam o cartão, ficando prejudicados.

➔ AÇÃO DO EQUACIONAMENTO

Petros é intimada da decisão e apresenta recurso



A fundação Petros juntou procuração na Ação Civil Pública ajuizada pelo Sindipetro Bahia, que pediu para limitar o equacionamento imposto pela Petros ao efetivamente necessário, observando, inclusive, a parcela de responsabilidade exclusiva da Petrobrás.

A Petros apresentou na quarta-feira, 04/04, recurso de Embargos Declaratórios, no qual solicita seja esclarecido pelo Julgador em síntese: I - os limites da decisão do órgão julgador, se de âmbito nacional ou limitado à base terri-

torial do Sindicato; II - os limites dos efeitos aos sindicalizados do Sindicato e sua base territorial; III - para tratar o princípio da paridade entre assistido e patrocinadora em face da liminar.

Para o assessor jurídico do Sindipetro, o advogado Clériston Bulhões, "é importante destacar que diante destes andamentos a Petros já está definitivamente notificada e ciente da decisão e sendo obrigada a cumpri-la".

De acordo com o advogado, o processo agora está concluso com a juíza

e, portanto, inacessível. O juízo poderá negar os embargos diretamente, ou dar vista aos advogados do sindicato para contestar o recurso e, depois, julgá-lo.

O Sindipetro e o Escritório Lacerda, Mattei e Bulhões Advogados estão acompanhado todos os passos do processo e lutarão para manter a decisão favorável já proferida, "e na oportunidade correta contestar todos os pedidos da Petros, pois afrontam a ampla substituição processual da categoria garantida no art. 8º na Constituição Federal".

➔ SISTEMA PETROBRÁS

A palavra de ordem é resistir

Desmonte atinge em cheio setores de fertilizante, refino, terminais e campos terrestres

A categoria petroleira já percebeu que o único caminho possível para impedir a privatização do Sistema Petrobrás passa pela resistência e luta. Tem sido assim desde o golpe de 2016, que teve como um dos seus eixos centrais a entrega do petróleo e de outras riquezas naturais do Brasil ao capital internacional, que se traduz na busca da direita pelo nocivo estado mínimo.

Atualmente a bola da vez é o setor de fertilizantes da companhia. Na terça-feira, 27 de março, tivemos uma importante conquista com a suspensão do fechamento das Fábricas de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia e de Sergipe - a medida deve durar por pelo menos 120 dias, a contar a partir de 30/06/2018. Durante esse período, um Grupo de Trabalho (GT) formado por representantes da Petrobrás, da FIEB, da FIES, dos Governos Estaduais da Bahia e de Sergipe, além de representantes dos trabalhadores, deve buscar alternativas que viabilizem a manutenção das fábricas em operação.

A decisão veio após uma série de atividades sindicais e articulações políticas do Sindipetro Bahia. No sábado (19), foi feita a denúncia no site do sindicato, repercutida pela mídia e pelos meios político e empresarial. Na semana seguinte, foram realizadas duas Au-

diências Públicas (Camaçari e Dias D'Ávila), além de reunião com o Diretor da Petrobrás, Jorge Celestino. Os Governos da Bahia e de Sergipe, juntamente com parlamentares das bancadas no Congresso Nacional, elevaram a pressão contra o fechamento das FAFENs, o que fez a Petrobrás recuar até novembro. O deputado federal Nelson Pelegrino (PT-BA) entregou requerimento ao presidente da Petrobras com 29 questionamentos sobre o fechamento das unidades.

Mas a pressão continua, pois o que houve foi uma vitória parcial. Uma mobilização na porta da FAFEN Bahia, na manhã da segunda-feira, 02/04, marcou mais um capítulo da luta contra o fechamento das duas unidades. A atividade contou com a participação de vereadores de Camaçari, deputados estaduais e federais, além de representantes do Sinditicc, Sitticcan (leia matéria completa sobre a mobilização em <https://goo.gl/qYfPPj>)

O consenso é que a luta pela continuidade das atividades das FAFEN's Bahia e Sergipe e contra o desmonte do Sistema Petrobrás, tem que ser intensificada. Nesse sentido, **já temos várias audiências públicas agendadas para discutir o assunto e tirar propostas que evitem a privatização da estatal. Participe dessa luta você também.**



Mobilização na FAFEN

➔ SINDIPETRO ORIENTA OS TRABALHADORES A NÃO SE INSCREVEREM NO MOBILIZA

A adesão ao Mobiliza fortalece o argumento da empresa pelo fechamento das fábricas. A estratégia é mobilizar as pessoas para outras unidades e, assim, desmobilizar as FAFENs.

Seguiremos na luta por uma Petrobrás nacional, forte e integrada. Assim, cresce nossa responsabilidade por elegermos legítimos representantes do povo e dos interesses nacionais brasileiros nas eleições de outubro. Em caso de assédio ou pressão, procure o sindicato.

➔ MIRANGA ESTÁ COM OS DIAS CONTADOS

A Petrobrás deu início a etapa de vendas dos campos terrestres. Na Bahia, o primeiro será o de Miranga. A estatal anunciou que os vencedores terão garantidos todos os direitos de exploração, desenvolvimento e produção da concessão. De acordo com a empresa essa é a fase Vinculante e com Due Diligence (todos os dados são passados - produção, reservas, expectativas, custos, lucros, investimentos necessários, etc.). Após receber todas essas informações, os interessados irão realizar as propostas.

➔ RLAM, NA MIRA

A Petrobrás já anunciou, através da imprensa, que pretende transferir para "parceiros" 25% da capacidade brasileira de refino. A Refinaria Landulpho Alves está na mira. Também fazem parte do pacote os terminais e dutos de transporte. Hoje a RLAM opera com cerca de 50% de sua capacidade de processamento e os importadores já começam a tomar conta do mercado.

Audiências Públicas

Tema - Petrobrás, patrimônio do povo brasileiro - Um relato sobre os impactos da retração e privatização do Sistema Petrobrás na Bahia

➔ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA
DIA 09/04 (SEGUNDA-FEIRA), ÀS 9H

➔ BRASÍLIA, DIA 10/04 (TERÇA-FEIRA)
9H - COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO FEDERAL
9H30 - COMISSÃO GERAL NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

➔ CÂMARA MUNICIPAL DE CANDEIAS
DIA 11/04 (QUARTA-FEIRA), ÀS 9H

➔ CÂMARA MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS
DIA 18/04 (QUARTA-FEIRA), ÀS 9H

➔ UNIME LAURO DE FREITAS (AV. LUÍS TARQUÍNIO, 600 - CENTRO)
DIA 19/04 (QUINTA-FEIRA), ÀS 18H

Edital sobre o VII Congresso dos Petroleiros da Bahia, publicado no jornal A Tarde, de 02/04/2018

Sindipetro EDITAL DE CONVOCAÇÃO

7º CONGRESSO ANUAL DOS PETROLEIROS DO ESTADO DA BAHIA

Por deliberação dos membros da Diretoria Executiva do SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIPETRO - BAHIA, inscrito no CNPJ sob o n. 15.532.855/0001-30, situado à Boulevard América 55, Jardim Baiano, Salvador / Bahia, o Coordenador Geral da Entidade abaixo subscrito, na forma do seu estatuto social, convoca todos os associados quites para participarem do 7º CONGRESSO ANUAL DA CATEGORIA, que acontecerá respectivamente nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2018, no Hotel Real Classic situado na R. Fernando Menezes de Góes, 165 - Pituba, Salvador - BA. A abertura do aludido Congresso, ocorrerá no dia 18 de maio às 15:00hs, e em seguida será apreciado e deliberado todos os temas pertinentes e relevantes dos interesses da categoria petroleira do Estado da Bahia, na forma do art. 23 do Estatuto Social. O critério para escolha dos delegados e sua proporção será previamente estabelecido pela Diretoria executiva, conforme previsão estatutária (art. 23, parágrafo segundo), que deverá ser publicado no Boletim Oficial da Entidade, Salvador / BA, vinte e nove março de dois mil e dezoito. Deyvid Bacelar. Coordenador Geral - Diretoria Colegiada.

➔ PP1

Repactuados e não repactuados já estão em planos separados

Desde segunda-feira, 02, o Plano Petros do Sistema Petrobrás, mais conhecido como PP-1, já está dividido em dois planos: o PPSP-R, que reúne os participantes e assistidos que repactuaram e o PPSP-NR, voltado para os não repactuados.

A cisão do PP-1 foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 15 de fevereiro de 2018, por meio da Portaria 139, publicada no Diário Oficial da União no dia 19 de fevereiro de 2018, e está sendo, finalmente, implementada pela Petros, após anos de reivindicações da FUP, que sempre defendeu a divisão das massas do Plano Petros-1, por não considerar justo, nem ético que 75% dos participantes e assistidos que repactuaram e impediram a insolvência do plano sejam penalizados pelas ações dos que não repactuaram.

A cisão já havia sido aprovada pelo Conselho Deliberativo da Petros em 2013 e, desde então, aguardava definição da Previc. Após as adequações para atender a determinações do órgão fiscalizador, a divisão foi realizada levando em conta as duas submassas do plano, garantindo regras claras e maior segurança jurídica para todos os participantes e assistidos. Rever o equacionamento

A cisão do PP-1 é um fato relevante que, de acordo com a atual legislação, justifica o adiamento do abusivo plano de equacionamento que as gestões da Petros e da Petrobrás estão impondo aos participantes e assistidos. Na Ação Civil Pública que a FUP move desde setembro do ano passado para suspender o equacionamento do PP-1, um dos principais pontos questionados é justamente o fato da Petros não ter levado em consideração as submassas de repactuados e não



repactuados.

Todos por uns?

Grande parte do déficit do Plano Petros-1 são contingências judiciais causadas pelas ações que os participantes e assistidos movem contra a Petros, que já impactam negativamente o plano em pelo menos R\$ 4 bilhões. Soma-se a isso o significativo aumento do passivo do PP-1, decorrentes da revisão dos benefícios que poderá ocorrer, em função dessas mesmas ações judiciais. A maior parte desse contingente é decorrente de ações movidas pelos não repactuados, cobrando correção de seus benefícios com base na RMNR e no PCAC.

“Sem a cisão, todos os participantes e assistidos, indiscriminadamente, teriam que bancar essa conta, o que não é correto. Das diversas ações judiciais já executadas contra o Plano Petros-1, com impacto bilionário, a Petrobrás e demais patrocinadoras foram condenadas a ressarcir apenas R\$ 800 milhões. Por isso, é questão de justiça que os repactuados fiquem separados em outro plano para não terem que arcar com encargos que só beneficiariam os que não repactuaram”, ressalta Paulo César Martin, representante dos trabalhadores no Conselho Deliberativo da Petros. (FONTE – FUP)

➔ AÇÃO DO EFETIVO MÍNIMO

Justiça marca nova audiência para o dia 05 de junho

A Petrobrás vem reduzindo seu quadro de funcionários nos últimos anos. A situação mais crítica é na área operacional, onde está a linha de frente de execução das atividades da companhia. Na Bahia, as unidades UO-BA, RLAM, FAFEN, Térmicas e Transpetro já sofreram redução de efetivo, e vêm operando com número de técnicos abaixo do mínimo operacional. O Sindipetro questiona na justiça essa medida da Petrobrás.

Desde a liminar concedida pela Justiça, em julho de 2017, ordenando a

Petrobrás a suspender a aplicação do ‘estudo’ de O&M, a assessoria jurídica do Sindipetro Bahia vem lutando para provar os danos desse “estudo”, solicitando a sua suspensão definitiva.

O Ministério Público do Trabalho apresentou parecer acerca da referida ação, destacando a relevância e complexidade do seu objeto, explicitando interesse em acompanhar o feito.

Na oportunidade, o MPT manifestou-se no sentido de que o estudo elaborado unilateralmente pela Petrobras deverá ser objeto de análise técnica

especializada, reforçando, assim, o pedido do Sindicato de necessidade da realização de perícia técnica.

A assessoria jurídica do Sindipetro informou ao juízo que a Petrobrás tem descumprido a decisão liminar, aplicando a redução do efetivo prevista em ‘estudos’, como o O&M. Assim, os trabalhadores, as comunidades e as instalações da Petrobrás seguem em risco aumentado de acidentes.

Infelizmente a juíza não estipulou multa para o O&M que a empresa vem aplicando, mas apenas para o caso de

não apresentação do estudo. Essa última a Petrobrás fez, dentro do prazo. Alertamos também que, independentemente da ocorrência de eventos operacionais que possam caracterizar a insegurança da redução do efetivo, um efeito é inevitável: os trabalhadores estão submetidos a condições de trabalho bastante penosas e, conseqüentemente, haverá prejuízos à sua saúde física e mental. A ação segue correndo em segredo de justiça e tem audiência marcada para o dia 05/06/2018.